



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº 320.096-8

COMARCA : Camaragibe – 2ª Vara Criminal
EMBARGANTE : Hiago Inácio Freire Marques
EMBARGADO : Justiça Pública
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO NÃO CONFIGURADAS. EFEITO INFRINGENTE. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES AUTORIZADORAS. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Alegação de carência de prova capaz de fundamentar o decreto condenatório. Improcedência. Os embargos declaratórios não se prestam a rediscussão de tese que já foi exaustivamente debatida em sede da apelação criminal embargada.
2. Argumento de não enfretamento a respeito da fixação de um regime carcerário mais brando. Questão que não foi apresentada nas razões recursais. Impossibilidade. Os embargos de declaração não servem para suscitar questão nova, ou seja, para levantar argumentação que não constava das razões recursais anteriormente endereçadas ao Tribunal. Precedentes do STJ e do TJPE.
3. Embargos rejeitados. Decisão unânime.
- 4.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **Embargos de Declaração na Apelação Criminal nº 320.096-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar os presentes embargos, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº 320.096-8

COMARCA : Camaragibe - 2ª Vara Criminal
EMBARGANTE : Hiago Inácio Freire Marques
EMBARGADO : Justiça Pública
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

RELATÓRIO

HIAGO INÁCIO FREIRE MARQUES, através de advogado legalmente habilitado, opôs, no prazo legal, os presentes embargos declaratórios com efeitos modificativos, em face do acórdão prolatado, à unanimidade de votos, por esta Terceira Câmara Criminal, nos autos da **Apelação Criminal nº 320.096-8**.

Em o seu breve arrazoado, o Embargante afirma que houve omissão e contradição no aresto embargado, em razão de que pugna pelo acolhimento dos aclaratórios, ao fundamento de que, para sua condenação, foram considerados como elementos relevantes apenas os depoimentos prestados pelos agentes policiais, sendo desprezados os depoimentos que favoreciam a tese da negativa de autoria sustentada pela defesa, tendo, ainda, o julgado impugnado deixado de apreciar a possibilidade de aplicação do regime prisional mais favorável ao acusado (**fls. 244/248**).

Registrados, autuados e distribuídos, vieram-me conclusos os autos, oportunidade em que, verificando a presença de pleito no sentido de serem emprestados efeitos infringentes ao mencionado recurso, determinei a abertura de vista à Procuradoria de Justiça, para emissão de pronunciamento (**fls. 251**).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Ao se posicionar, o Ministério Público de 2º Grau, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, manifestou-se pela rejeição dos aclaratórios (fls. 256/259).

É o que me cabia relatar

Recife, 23 de maio de 2014.


Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº 320.096-8

COMARCA : Camaragibe – 2ª Vara Criminal
EMBARGANTE : Hiago Inácio Freire Marques
EMBARGADO : Justiça Pública
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

VOTO

De proêmio, convém salientar que o **Apelo Criminal nº 320.096-8**, interposto em favor de **HIAGO INÁCIO FREIRE MARQUES**, pretendia a reforma da sentença que o condenou à pena de **06(seis) anos e 600(seiscentos) dias-multa**, pela prática do crime tipificado no art. 33¹ da Lei 11.343/06 (Lei de drogas), para que o réu fosse absolvido, ao argumento de insuficiência de prova para ensejar a sua condenação, ou, subsidiariamente, que fosse reduzida a reprimenda aplicada, com a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da lei nº 11.343/06 (**fls.194/201**).

A referida Apelação Criminal foi julgada, em **12 de março de 2014**, pela 3ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça que, à unanimidade de votos, manteve a condenação do acusado nos termos da denúncia, tendo, apenas, reduzido à reprimenda fixada, com aplicação da referida minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas.

O acórdão hostilizado tem o teor seguinte (**fls.221/222**):

"PENAL E PROCESSUAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO NAS PENAS DO ART.

1

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006. APELO DEFENSIVO PLEITEANDO A ABSOLVIÇÃO, ANTE A FRAGILIDADE DA PROVA. PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE REDUÇÃO DA REPRIMENDA, COM O RECONHECIMENTO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI DE DROGAS. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - Não merece reforma a sentença penal condenatória proferida em consonância com o conjunto probatório existente nos autos.

II - O simples fato de as testemunhas de acusação, ouvidas no curso da instrução criminal, serem agentes policiais não compromete a idoneidade dos testemunhos por eles prestados. Inteligência da Súmula nº 75 do TJPE.

III – Havendo prova no sentido de que o apelante é primário e possuidor de bons antecedentes, não havendo evidência de que tenha envolvimento com organização criminosa, forçosa é a aplicação da causa especial prevista no § 4º do art. 33 Lei de Drogas, no caso aplicada na fração mínima de 1/6, tendo em vista a natureza da droga apreendida, em conformidade com o art. 42 da Lei n.º 11.343/2006.

V - Apelo parcialmente provido. Decisão unânime"

A tal acórdão, a defesa opõe os presentes aclaratórios, nos termos dos art. 619 e seguintes do Código de Processo Penal alegando que, o Juízo *ad quem* não sopesou os elementos de prova, que dão suporte à tese defensiva consistente na negativa de autoria, pugnando, ainda, para que o acusado **Hiago Inácio Freire Marques** possa iniciar o cumprimento de sua reprimenda inicialmente no regime semiaberto (fls. 244/248).

Razão não assiste ao Embargante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Com efeito, referentemente à apreciação do conjunto probatório, consoante deflui das razões escandidas pela eminente Des^a. Alderita Ramos, Relatora originária do apelo criminal (fls. 223/228), observo que a arguição expendida pelo Apelante, ora Embargante, em sua increpação recursal foi analisada à exaustão, onde, respeitando o entendimento sumulado desta Corte de Justiça, decidiu no sentido de que os testemunhos dos policiais que atuam na ação policial gozam de plena validade, mormente quando coerentes às demais provas dos autos (Súmula nº 75 do TJPE).

No mesmo sentido, é o voto do Revisor do feito, o Exm^o. Des.Cláudio Jean Nogueira Vígírio, o qual igualmente integrou o aresto vergastado, dando-lhe supedâneo (fls. 229/234).

De mais a mais, impende lembrar que é inviável a concessão do excepcional efeito modificativo quando, sob o pretexto de ocorrência de omissão e/ou contradição no julgado, a leitura das razões de fls. 194/201 do Recurso de **Apelação Criminal Nº 320.096-8**, revela a nítida pretensão da defesa do acusado de rever matéria já examinada, com o objetivo declarado de reverter decisão que lhe foi desfavorável, o que não se coaduna com a finalidade do recurso.

Nesse sentido:

STF: "Embargos declaratórios – Objeto. Os embargos declaratórios visam ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional devida pelo Estado-juiz, pressupondo omissão, sem dúvida, contradição ou obscuridade. Não se prestam a uma nova valoração jurídica dos fatos envolvidos na lide" (JSTF 180/349).

De outra parte, no concernente à sustentada ausência de enfrentamento da questão relativa à fixação de regime carcerário mais favorável, o que se verifica, na prática, é que o Embargante apresentou, em sede de Embargos de Declaração, matéria nova que sequer foi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

discutida nas razões recursais do Apelo embargado (fls. 194//201), não podendo dessa forma, ser suprida omissão relativamente a um ponto não debatido na ocasião adequada.

Nesse cenário, a omissão alegada não restou aventada, implícita ou explicitamente, no apelo interposto, constituindo, assim, inovação recursal o que, conforme orientação jurisprudencial pacificada, não é admitido em sede de Embargos Declaratórios.

Sobre o assunto trago à colação os seguintes julgados:

"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. DECADÊNCIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE.

1. A autarquia previdenciária apenas repisa os argumentos Utilizados em seu agravo regimental, o quais foram devidamente examinados pelo acórdão embargado, não havendo, pois, omissão a ser sanada.

2. **A alegação de omissão quanto à prescrição de parcelas constitui inovação recursal, inviável em sede de embargos de declaração.**

3. Embargos de declaração rejeitados." - EDcl no AgRg no REsp 1308016 / **PREMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2012/0021433-3, Relator Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA do STJ, julgamento 18/03/2014) Grifo acrescido.**

"I. É cabível a oposição de Embargos de Declaração quando houver, nasentença ou no acórdão, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, de acordo com o art. 619 do Código de Processo Penal. Na hipótese, as questões, deduzidas nos aclaratórios, não foram sequer objeto do recurso de Apelação, representando, portanto, inovação detese recursal, o que não se admite, na espécie.."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

AgRg no REsp 1201449 / SP 2012/0021433-3, Relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, T6 - SEXTA TURMA, julgamento em 17/10/2013).

"EMENTA: Penal e Processo Penal. Embargos de Declaração em Apelação Criminal. Alegação de contradições no acórdão impugnado, face à ausência de prova capaz de fundamentar o decreto condenatório. Improcedência. Os julgadores formaram seu convencimento com base na prova acostada aos autos e no princípio do livre convencimento. Impossibilidade de o embargante questionar a valoração da prova dos autos (limites do art. 620, CPP). Argumento de omissão a respeito da necessidade de realização de audiência preliminar do artigo 16 da Lei nº 11.340/2006(retratação). Questão que não foi apresentada nas razões recursais. Impossibilidade. Os embargos de declaração não servem para suscitar questão nova, ou seja, para levantar argumentação que não constava das razões recursais anteriormente endereçadas ao Tribunal. Precedentes do STJ e do TJPE. Embargos rejeitados. Decisão unânime. (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 179196-0/01, j. 31/03/2010, Rel. Desa. Helena Caúla Reis)". Grifo acrescido.

Assim, cuido não assistir razão ao ora Embargante, como bem demonstrou, com muita propriedade, a douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna, em seu judicioso parecer, **verbis** (fls. 258):

"(...) Na hipótese dos autos, o embargante, a pretexto de sanar contradição e omissão vislumbradas por ele no acórdão, deixa antever a utilização do recurso integrativo-retificador com a finalidade de nova valoração de provas e rediscussão de matéria apreciada clara e objetivamente por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

ocasião do julgamento da apelação, o que é repudiado pela jurisprudência.

Tanto é assim, que insiste na questão da existência de contradição e de omissão no acórdão quando do suposto enfrentamento da questão relativa à ausência de elementos condutores da culpabilidade, bem como não enfrentou a questão relativa à fixação de um regime de cumprimento de pena mais brando, não obstante está ultima tese defensiva não ter sido objeto de prequestionamento nas razões de apelação(fls. 194/201)(...)"

Assim, em não havendo obscuridades, contradições e omissões no julgado, os embargos de declaração devem rejeitados, mantendo-se hígida a decisão combatida.

É como voto.

Recife, ²⁸ de maio de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora